

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Divulgação



Sequência de prejuízos na estatal teve início em 2022

Correios fecham 2025 com prejuízo de R\$ 8,5 bi

Os Correios fecharam 2025 com prejuízo de R\$ 8,5 bilhões, segundo balanço divulgado na quinta-feira (23). O resultado negativo amplia a sequência de perdas iniciada em 2022 e aumenta a preocupação com a situação financeira da estatal. De acordo com a empresa, houve queda nas receitas e avanço das despesas operacionais, em meio à concorrência no setor logístico e aos desafios de modernização. Os números reforçam a pressão por medidas de reestruturação, corte de custos e ganho de eficiência. Os Correios afirmaram que seguem buscando equilíbrio das contas e novos investimentos para ampliar a competitividade no mercado nacional.

Investimentos em TI superam R\$ 330 bi

O mercado de software e inteligência artificial acelera a transformação digital da economia. Estudo da ABES e IDC aponta que os investimentos em TI no Brasil já superam R\$ 330 bilhões, com avanço mais forte de software e serviços em relação ao hardware, sinalizando maior maturidade digital das empresas. A IA já é aplicada em setores como finanças, indústria, telecom e serviços, ampliando produtividade, automação e criação de novos modelos de negócio.

Divulgação / Freepik



Jovens de 18 a 29 anos estão em ocupações mais expostas

Estudo mostra que IA ameaça jovens

Estudo do FGV Ibre mostra que a inteligência artificial já afeta a inserção de jovens no mercado de trabalho brasileiro. Segundo a pesquisa, trabalhadores de 18 a 29 anos em ocupações mais expostas à IA têm cerca de 5% menos chance de estarem empregados e renda aproximadamente 7% menor. A análise compara dados da Pnad Contínua entre 2022 e 2025. Para Daniel Duque, economista e autor da pesquisa, vagas de entrada, estágio e funções iniciais podem ser as mais impactadas. Ele defende reforço da qualificação digital, habilidades socioemocionais e adaptações na formação.

Governo reajusta valores do Gás do Povo

O Governo reajustou os valores de referência do programa Gás do Povo para reduzir impactos da alta internacional do GLP. Os preços variam conforme cada estado (Roraima, com R\$ 135,70, é o valor maior e Rio de Janeiro, com R\$ 93,16, o menor) considerando custos regionais. A medida busca aumentar a adesão de revendas e distribuidoras. Atualmente, o programa atende cerca de 15 milhões de famílias.

Reclamações bancos

O C6 Bank assumiu a liderança do ranking de reclamações do Banco Central no 1º trimestre de 2026, com 1.898 reclamações consideradas procedentes, ficando à frente de outras grandes instituições financeiras. As principais queixas são no atendimento ao cliente, débitos em conta não autorizados e crédito consignado.

Royalties I

Firjan, ACRJ e Fecomércio RJ divulgaram manifesto conjunto em defesa dos estados produtores de petróleo. O documento foi entregue ao governo fluminense e alerta para impactos financeiros caso avance a redistribuição dos royalties discutida no STF. As entidades defendem o modelo atual de compensação.

Royalties II

O manifesto também destaca a ADI 4917, que será julgada pelo Supremo, como ponto central da discussão. Segundo as entidades, mudanças nas regras podem reduzir receitas de estados e municípios produtores, afetando serviços públicos. O texto pede a preservação do pacto federativo e da segurança jurídica.

Royalties III

Os royalties do petróleo são pagos por empresas à União, estados e municípios pela exploração de óleo e gás. O modelo atual prioriza estados e cidades produtoras, que recebem a maior fatia como compensação pelos impactos locais. Parte dos recursos também é distribuída a não produtores e fundos nacionais. O pré-sal ampliou a repartição para todo país.

Contra o Google I

O Cade decidiu reabrir a investigação contra o Google para apurar se a empresa usa conteúdo jornalístico em ferramentas de IA de forma irregular. O órgão quer analisar se resumos exibidos no buscador, produzidos com base em notícias de terceiros, podem caracterizar abuso de posição dominante no mercado digital.

Contra o Google II

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica também mira impactos econômicos sobre veículos de imprensa, como perda de audiência, menor visibilidade e redução de receitas publicitárias. Para o Cade, a exibição de títulos, trechos e imagens na busca pode desviar tráfego dos sites originais e concentrar valor no Google.



Preço dos combustíveis baixou na bomba nos últimos dias

Governo quer usar petróleo para baixar combustíveis

Projeto ainda depende de análise e votação no Congresso

Da Redação

O governo federal enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que propõe o uso de receitas extraordinárias do petróleo para reduzir tributos sobre combustíveis. A medida busca criar um mecanismo que vincula parte da arrecadação adicional do setor petrolífero à diminuição de impostos federais aplicados sobre gasolina, diesel, etanol e biodiesel.

Segundo a proposta, sempre que houver aumento acima do previsto na arrecadação gerada pela exploração de petróleo, esse valor poderá ser destinado à compensação de tributos como PIS/Cofins e Cide incidentes sobre combustíveis. O objetivo é fazer com que a alta de receitas do petróleo tenha efeito direto na redução do preço final ao consumidor. O texto estabelece que o mecanismo funcionará de forma automática, com base em cálculos feitos pelas equipes técnicas do governo. O limite de utilização será definido pelo volume de receita considerada extraordinária, ou seja, acima das projeções orçamentárias. A proposta também prevê que a aplicação do recurso será direcionada principalmente para combustíveis com maior impacto no transporte e na cadeia de abastecimento, como o diesel, utilizado em caminhões, ônibus e no escoamento de mercadorias. A gasolina e outros derivados também estão incluídos no modelo de compensação tributária.

De acordo com a equipe econô-

mica, a medida foi elaborada para reduzir efeitos da variação do preço internacional do petróleo sobre o mercado interno. O governo afirma que o sistema busca evitar repasses de aumentos externos para os preços domésticos por meio da carga tributária. A proposta não altera diretamente a política de preços, que segue definida por agentes do setor e pela cadeia de distribuição.

O projeto ainda depende de análise e votação no Congresso Nacional para entrar em vigor. Caso seja aprovado, será necessário regulamentar os critérios de cálculo da receita extraordinária, os procedimentos de transferência dos recursos e as condições de aplicação na redução de impostos.

Pacote de medidas

A iniciativa anunciada na quinta-feira (23/abr) é mais uma a integrar o pacote de medidas adotadas pelo governo para lidar com oscilações no preço dos combustíveis desde o mês de março, que incluem alterações tributárias e mecanismos de compensação fiscal. O principal foco foi o óleo diesel, combustível essencial para o transporte de cargas e com impacto direto no custo dos alimentos. No início de abril, uma Medida Provisória foi criada para garantir uma subvenção de R\$ 1,20 por litro para a importação de diesel, com divisão dos custos entre União e estados. Metade do valor é bancada pelo governo federal e a outra metade pelas unidades da federação que aderiram ao programa.

Reprodução